



6^a
Conferência Distrital
da Interjovem/Lisboa



MAIS ORGANIZAÇÃO! • MAIS LUTA! • MAIS SINDICATO!

COM A FORÇA DA JUVENTUDE LUTAR PELOS NOSSOS DIREITOS!

(ante-projecto)

ORIENTAÇÕES PARA A ACÇÃO SINDICAL

Dia 12 de Julho
Clube GBES (Rua Dom Luís I, 27)

1	1. INTRODUÇÃO
2	
3	2. OS JOVENS TRABALHADORES EM LISBOA
4	CONTRA A OFENSIVA DO PATRONATO E DO GOVERNO – A LUTA É O CAMINHO!
5	2.1 – TRAVAR A OFENSIVA CONTRA OS DIREITOS LABORAIS
6	2.1.1 - O CÓDIGO DE TRABALHO
7	2.1.2 – O DESEMPREGO e PRECARIIDADE
8	2.1.3 – OS SALÁRIOS
9	2.1.4 - O HORARIO DE TRABALHO
10	2.2 – TRAVAR A OFENSIVA CONTRA OS DIREITOS SOCIAIS
11	2.2.1 – AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO
12	2.2.2 – A SAÚDE
13	2.2.3 – O ENSINO (FORMAÇÃO PROFISSIONAL)
14	2.2.4 – A HABITAÇÃO
15	
16	3. OS JOVENS TRABALHADORES NOS SINDICATOS
17	MAIS ORGANIZAÇÃO! MAIS LUTA! MAIS SINDICATO
18	3.1 – A PARTICIPAÇÃO E ENQUADRAMENTO
19	3.2 – A SINDICALIZAÇÃO E A RESPONSABILIZAÇÃO
20	
21	
22	4. O PAPEL DA INTERJOVEM/CGTP-IN
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	

33 1. INTRODUÇÃO

34

35 2. OS JOVENS TRABALHADORES EM LISBOA

36 CONTRA A OFENSIVA DO PATRONATO E DO GOVERNO – A LUTA É O CAMINHO!

37 O momento que vivemos é marcado por uma profunda crise do capitalismo,
38 caracterizada por um continuo ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo, pelo
39 desrespeito às mais elementares regras da democracia, pela violação sistemática da
40 Constituição e pela perda de parcelas significativas da soberania nacional.

41 Em Portugal a situação vivida tem causas e responsáveis. São 35 anos de politica de
42 direita levada a cabo pelos partidos que durante este longo período sozinhos ou
43 coligados ocuparam as cadeiras do poder.

44 É neste quadro que com base no memorando assinado com a Troika estrangeira (BCE,
45 FMI, EU) pela troika portuguesa (PS, PSD, CDS) a vida dos trabalhadores e
46 particularmente dos jovens se transformou num inferno face à politica levada a cabo pelo
47 actual governo PSD/CDS.

48 Com uma sede de vingança como antes nunca vista os grandes grupos económicos
49 ajustam contas com o 25 de Abril e as suas conquista, com os seus obreiros e
50 beneficiários.

51 Destrói-se o aparelho produtivo, desmantelam-se ou privatizam-se empresas publicas
52 (estratégicas para a recuperação económica e mesmo para a manutenção da nossa
53 independência), atacam-se as funções sociais do estado, o Serviço Nacional de Saúde, a
54 Segurança Social, o Ensino, a Justiça, os Transportes, a Habitação, reduzindo as suas
55 obrigações a uma mera assistência miserabilista.

56 Atacam-se e destroem-se, através da revisão da legislação laboral, direitos sociais
57 conquistados ao longo de décadas de luta por gerações e gerações de trabalhadores.

58 Tudo têm feito os trabalhadores e as suas organizações de classe para travar esta
59 ofensiva. OS JOVENS têm assumido o papel que lhes cabe na luta, têm participado nas
60 acções de luta nos locais de trabalho, nas empresas, nos sectores e na rua convocadas
61 pelos sindicatos e demais estruturas da CGTP-IN, Denunciando os problemas, exigindo
62 o fim da precariedade, do desemprego, das discriminações salariais, levantando a
63 bandeira das suas reivindicações, o emprego com direitos, salários dignos, carreira
64 profissional o acesso à habitação, afirmando que este país também é para jovens.

65 A INTERJOVEM - LISBOA e os seus quadros tem estado, pese embora todas as
66 dificuldades, tem estado na primeira linha de combate a esta politica, demonstrando o
67 papel fundamental desta estrutura, a INTERJOVEM, na discussão e levantamento dos
68 problemas dos jovens trabalhadores, na procura de resposta para os legítimos anseios e
69 aspirações da juventude e na dinamização, enquadramento e organização dos jovens
70 para a luta.

71

72 A Juventude Trabalhadora tem respondido aos apelos da INTERJOVEM - LISBOA e
73 esteve presente com força e convicção nas grandes acções de massas da CGTP-IN.

74

75 De salientar a participação na manifestação de 11 de Fevereiro que juntou mais de 300
76 mil trabalhadores no Terreiro Do Paço, nas greves gerais de 24 de Novembro de 2010 e
77 2011, e na de 22 de Março de 2012, na manifestação da “Paz Sim, Nato Não” e em

78 tantas outras. Tudo isto a par das iniciativas próprias ou integradas nas iniciativas
79 nacionais da INTERJOVEM como seja o Pic-Nic contra a precariedade e a fortíssima
80 participação nas manifestações da juventude que durante este mandato, percorreram as
81 ruas de Lisboa, para assinalar o Dia Nacional da Juventude. Foram mais de 10.000 os
82 jovens trabalhadores do distrito que assinaram o abaixo assinado contra a precariedade.
83 Assim como nas acções locais para a entrega de milhares de postais contra a
84 precariedade.

85

86 A JUVENTUDE TRABALHADORA tem respondido às medidas gravosas que lhes
87 querem impor com força, com combatividade e com a certeza que este rumo, a não ser
88 invertido, só levará ao desastre. Convicta que é possível mudar de rumo, mudar de
89 política e a luta é o caminho seguro e certo para atingir estes objectivos.

90

91 **2.1 – TRAVAR A OFENSIVA CONTRA OS DIREITOS LABORAIS**

92 **2.1.1 - O CÓDIGO DE TRABALHO**

93

94 O Governo PSD/CDS com os seus grupos parlamentares e a abstenção dos deputados
95 do PS aprovou no parlamento a alterações ao código laboral, o qual resultou do acordo
96 assinado com a UGT. Esta revisão do código laboral é um profundo retrocesso social e
97 civilizacional, põe em causa direitos sociais e laborais consagrados constitucionalmente,
98 aumenta as condições para a exploração e o empobrecimento e em particular condiciona
99 as perspectivas de um futuro digno e seguro para os JOVENS TRABALHADORES e os
100 quer condenar ao trabalho forçado:

101

102 Aprovado na AR, promulgado pelo P.R. mesmo violando a Constituição, a luta contra
103 aplicação deste pacote de exploração e empobrecimento vai continuar nas empresas e
104 nas ruas e contará com o envolvimento dos jovens trabalhadores do distrito, porque NÃO
105 ACEITAMOS:

106

107 • o aumento dos dias de trabalho e a redução salarial, com a eliminação dos dias
108 feriados, férias e descansos compensativos;

109 • a redução do pagamento do trabalho suplementar;

110 • a desregulamentação dos horários de trabalho, nomeadamente a adaptabilidade,
111 “bancos de horas”, etc.;

112 • as transferências compulsivas de local de trabalho;

113 • os despedimentos sem justa causa e a diminuição do valor das indemnizações;

114 • a destruição da contratação colectiva e os direitos nela consagrados, fruto da luta
115 de varias gerações de trabalhadores

116 • Porque nos opomos á extensão destas medidas de exploração aos trabalhadores
117 da Administração Pública e do Sector Empresarial Do Estado.

1.1.1– O DESEMPREGO e PRECARIIDADE

118
119

120 “O desemprego em Portugal é vergonha nacional” esta é uma das palavras de ordem que
121 milhares de jovens gritam em todas as acções de rua em que participam. De facto a par
122 da precariedade o desemprego são os dois maiores flagelos sociais que afectam os
123 jovens portugueses.

124 A taxa de desemprego em Portugal ocupa o 3º lugar na Europa, são 15,2% os
125 trabalhadores que hoje vivem nesta situação, dos quais 36,6% são jovens.

126 Como não poderia deixar de ser o Distrito de Lisboa tem um peso significativo nestes
127 números, atrás dos quais se escondem frustrações, desespero, dramas pessoais e
128 familiares de milhares de jovens.

129 Assim no distrito de Lisboa existem mais de 90 mil jovens que diariamente procuram um
130 emprego, uma saída profissional estável, um trabalho com direitos e o que
131 sistematicamente lhe é oferecido, seja no sector publico ou privado, é a precariedade.

132 Muitos destes jovens ainda à procura do primeiro emprego, são submetidos ao
133 esquecimento, à pressão, à ofensa e á humilhação, sem condições de acesso ao
134 subsidio de desemprego, logo sem o legitimo direito à protecção social, são-lhes criadas
135 tais dificuldades que muitos deles são obrigados a depender eternamente de apoios
136 familiares ou a sujeitarem-se a viver em condições desumanas.

137

138 O Desemprego não é uma inevitabilidade, ele resulta da destruição do aparelho
139 produtivo, com a consequente destruição de milhares de postos de trabalho, do incentivo
140 à precariedade, tendo como objectivo embaratecer a mão de obra e intensificar a
141 exploração.

142 Em Lisboa onde desapareceram mais de 20.000 postos de trabalho nos primeiros meses
143 de 2012, as medidas de alteração ao código laboral, irão continuar a provocar o aumento
144 do desemprego pois de acordo com as previsões feitas farão desaparecer mais de 100
145 mil postos de trabalho.

146 É um facto que a precarização do emprego constitui uma das principais componentes
147 da ofensiva patronal e governamental contra os direitos individuais e colectivos dos
148 trabalhadores/as, procurando, através dela, aumentar a exploração, limitar a capacidade
149 de intervenção da organização sindical, fragilizar e desarticular os colectivos de
150 trabalhadores.

151 É neste quadro que se inserem as medidas apresentadas pelo governo e contempladas
152 no chamado “Estimulo 2012” ou “Impulso Jovem”, medidas que tem como objectivo não o
153 combate ao desemprego ou á precariedade, mas sim abrir o caminho á contratação
154 barata de jovens altamente qualificados pagando-lhes salários de miséria ao mesmo
155 tempo que perpetua a insegurança e a instabilidade.

156 Em Lisboa são mais de 90 mil os jovens trabalhadores que se encontram nesta situação
157 de instabilidade.

158 As entidades patronais recorrem dos contratos mensais, semanais, ou temporários, às
159 empresas de trabalho temporário, aos recibos verdes, aos contratos de prestação de
160 serviços, à sub-contratação para roubar direitos aos trabalhadores.

161 As entidades patronais recorrem a contratos temporários (mensais, semanais), às
162 empresas de subcontratação, aos recibos verdes, aos contratos de prestação de serviços
163 para roubar direitos aos trabalhadores.

164 Empresas como o BES e ZON usam a precariedade e a contratação a empresas de
165 trabalho temporário para impor baixos salários e impedir o direito à greve.

166 Na PT a precariedade serve também para impor um roubo no salário por cada erro que
167 um trabalhador comete ou para obrigar os trabalhadores a trabalhar o que for preciso
168 sem qualquer remuneração.

169 Na empresa Philip Morris (Tabaqueira) a sub-contratação serve para a administração
170 negar o acesso a direitos históricos dos trabalhadores da empresa aos jovens com
171 vínculos precários.

172 No sector cultural, principalmente em cinema e teatro, o recurso aos falsos recibos
173 verdes é uma constante, com trabalhadores de empresas como a Plural a viverem á 3
174 anos com recibos verdes .

175 Também os trabalhadores da saúde têm vindo a ser alvo de políticas precarizantes. São
176 disso exemplo mais de uma dezena de enfermeiros despedidos da Maternidade Alfredo
177 da Costa e do Hospital de Cascais, a quem foi posteriormente proposta a readmissão a
178 recibos verdes, com considerável diminuição do valor salarial.

179 Estes casos, e muitos outros, a par da denúncia, exigem uma firme e combativa resposta
180 dos trabalhadores a partir do local de trabalho, sindicalizados e organizados nos
181 sindicatos de classe da CGTP-IN.

182 Resposta essa, que já foi dada em diversos locais de trabalho como no Call Center da
183 EDP, em que os trabalhadores com vinculo à Tempo-Team, lutaram e conseguiram o
184 vinculo efectivo.

185 Os trabalhadores com vínculos precários não rejeitam a luta, antes pelo contrário, prova
186 disso foi a forte participação que tiveram em vários locais de trabalho nas greves gerais
187 de 2010, 2011 e 2012.

188 A precariedade e o desemprego contrapõem-se à realização dos projectos e aspirações
189 dos jovens em Portugal, empurrando muitos para a emigração. A emigração surge para
190 os jovens trabalhadores, não como uma opção livre, mas como uma das únicas formas
191 de sobrevivência, vendo-se obrigados a aceitar condições difíceis ou desumanas.

192 Porque precários são os vínculos, porque a precariedade e o desemprego não são para
193 aceitar, mas sim para combater, os JOVENS TRABALHADORES do distrito não se dão
194 por vencidos nem por conformados e muito menos aceitam serem expulsos do seu
195 próprio país. EXIGEM E TÊM DIREITO AO TRABALHO COM DIREITOS!

196

197 **1.1.2 – OS SALÁRIOS**

198 Os trabalhadores Portugueses têm visto os seus salários desvalorizados dia após dia,
199 com o aumento do custo de vida, os aumentos sucessivos dos preços dos transportes,
200 tanto nos passes como nos bilhetes individuais, no aumento da gasolina, do gás, da
201 electricidade e da água, nas rendas da habitação.

202 No distrito de Lisboa como em qualquer outra grande área metropolitana da Europa o
203 custo de vida tem um peso significativo no orçamento familiar. Se a isto lhe juntarmos a
204 política de austeridade dos sucessivos governos, aprofundada pelo actual executivo do

205 PSD/cds, com os congelamento dos salários, os roubos dos subsídios de Natal e de
206 férias e o aumento dos imposto, dificilmente os Jovens trabalhadores e os casais mais
207 novos, ainda em início de vida, tem condições para a autonomia e independência
208 financeira necessárias que lhes permita organizar autonomamente a sua vida pessoal e
209 familiar.

210 Só a melhoria dos salários, com um combate eficaz as desigualdades salariais de que os
211 JOVENS TRABALHADORES são vitimas “privilegiadas”, será possível alcançar uma
212 mais justa distribuição da riqueza.

213 Daí, ser urgente o aumento real dos salários, nomeadamente a actualização do salário
214 mínimo em 515€.

215 No momento em que as grandes empresas continuam a ter significativos lucros e a vida
216 dos trabalhadores cada vez mais infernizada e a dos JOVENS TRABALHADORES mais
217 instável e incerta, é necessária a luta dos trabalhadores não só pelo aumento do salário
218 mínimo e pela justa e necessária reivindicação de 1€ de aumento por dia a cada
219 trabalhador.

220 A participação dos jovens na luta pelo salário, em cada local de trabalho, é de crucial
221 importância.

222

223 **1.1.3 – O HORÁRIO DE TRABALHO**

224 A luta por um horário de trabalho digno que concilie a vida profissional com a vida
225 pessoal e familiar é uma luta secular de gerações de trabalhadores e o motivo ainda hoje
226 marcante do primeiro de Maio.

227 Desde sempre a luta pela redução do horário de trabalho ou as várias tentativas
228 patronais para a sua desregulamentação, estiveram ligadas a luta contra a exploração e
229 à redução salarial.

230 As formas e os mecanismos utilizados são os mais variados e as diversas revisões feitas
231 na legislação laboral ou as tentativas feitas através da contratação colectiva vêm sempre
232 nessa mesma linha.

233 Este governo tem servido os propósitos do grande capital e tentado aumentar os
234 horários de trabalho. Por via da luta os trabalhadores, entre eles muitos jovens,
235 rejeitaram o aumento de 30 minutos no horário de trabalho e lutam agora contra a
236 desregulamentação imposta pela aprovação das alterações ao código de trabalho seja
237 ela através da adaptabilidade, do banco de horas, do não pagamento de horas
238 extraordinárias ou outras.

239 A exigência de um horário de trabalho que permita a conciliação entre a vida laboral, a
240 vida pessoal e familiar é uma exigência actual e que os JOVENS TRABALHADORES
241 assumem como sua.

242 A Luta histórica por horários de trabalho dignos vai continuar, e com a participação cada
243 vez maior dos JOVENS TRABALHADORES.

244

245 **1.2 – TRAVAR A OFENSIVA CONTRA OS DIREITOS SOCIAIS**

246 **1.2.1 – AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO**

247 O ataque massivo às empresas e funções sociais do estado, é uma das linhas de força
248 da ofensiva do governo PSD/CDS-PP no quadro do programa de exploração e
249 empobrecimento.

250 A ofensiva em curso que visa desresponsabilizar o estado dos seus deveres, que
251 prejudica o acesso a serviços e direitos essenciais das populações e dos trabalhadores,
252 conquistados com a Revolução de Abril cria cada vez maiores desigualdades sociais.

253 A privatização da saúde, dos transportes, da educação, assim como a falta de acesso à
254 habitação, consagrados na constituição, a par da descapitalização da segurança social
255 procurando retirar-lhe o seu carácter solidário e universal, transformando-a num
256 instrumento de política caritativa, quebrando laços de compromissos de solidariedade
257 geracionais e desviando meios e financiamentos para o sector privado, são um ataque
258 brutal aos direitos sociais dos trabalhadores, dos jovens, das populações e à sua
259 qualidade de vida.

260 **1.2.2 – A SAÚDE**

261 As políticas dos governos PS/PSD/CDS têm encaminhado o serviço nacional de saúde
262 para a degradação, destruição na lógica de seguir um rumo de privatização para obter
263 lucro.

264 Nos últimos anos, no distrito de Lisboa encerraram e fundiram-se dezenas de serviços
265 hospitalares, diminuindo em centenas o numero de camas disponível para a prestação de
266 cuidados no sector publico. Simultaneamente ao encerramento (ou planeamento) de
267 serviços de referência a nível nacional, abrem valências privadas, que passam nas
268 contas do Ministério da Saúde, a serem consideradas como vagas disponíveis, naquilo
269 que denominam como Sistema Nacional de Saúde (é o caso do encerramento da
270 Maternidade Magalhães Coutinho ou o planeamento da Maternidade Alfredo da Costa e
271 os Hospitais privados Luz e Lusíadas). Entregam ainda a gestão de instituições
272 construídas com dinheiros públicos a gestão de grandes grupos privados (Hospital
273 Beatriz Ângelo – Loures), que têm como objectivo único a obtenção de lucro através da
274 prestação de cuidados de saúde: explorando os seus profissionais e prestando cuidados
275 de saúde deficitários.

276 Com este caminho de privatização e desinvestimento diminuem as dotações de
277 trabalhadores nas instituições de saúde e vive-se com a falta de materiais necessárias à
278 melhor oferta possível de cuidados de saúde.

279 O aumento das taxas moderadoras limita o acesso de muitos trabalhadores ao serviço
280 nacional de saúde, que por falta de dinheiro não se deslocam aos hospitais e centros de
281 saúde. De forma perversa, estas taxas moderadoras permitem alimentar o sistema
282 privado, já que os trabalhadores que ainda têm acesso a subsistemas de saúde pagam
283 menos se escolherem as instituições privadas que no publico.

284 Também o aumento do preços dos medicamentos tem levado à falta de acesso de
285 medicamentos de muitos doentes.

286 O encerramento de inúmeras unidades de saúde, com especial destaque do
287 encerramento da Maternidade Alfredo da Costa, tem levado a uma onda de indignação e
288 protesto dos trabalhadores e das populações.

289 **1.2.3 – O ENSINO (FORMAÇÃO PROFISSIONAL)**

290 A democratização do ensino e da educação foi uma conquista do 25 de Abril, neste
291 momento está em marcha um ataque a este direito, com o encerramento de escolas, a
292 criação de mega-agrupamentos, a privatização de escolas, ou de áreas dentro das
293 escolas. Também o despedimento de profissionais da educação, ou as mega turmas
294 levam à deterioração do ensino.

295 No ensino superior o aumento das propinas e a privatização levam à elitização do ensino,
296 e ao acesso cada vez mais difícil ao mesmo por parte dos filhos dos trabalhadores e da
297 juventude trabalhadora.

298 A Educação e a Formação Profissional é indispensável na vida dos trabalhadores, em
299 particular dos jovens. A Formação profissional ao longo da vida assume um papel
300 importante na formação, na sua preparação profissional melhorando os conhecimentos
301 do trabalhador e aumentando e melhorando a qualidade do trabalho.

302 O direito à educação e formação tem sido um direito que as empresas têm negado aos
303 seus trabalhadores, muitas vezes negando oferecer a formação.

304 **1.2.4 – A HABITAÇÃO**

305 A Habitação é um direito consagrado na constituição e a que todos os jovens têm direito.
306 Neste momento os baixos salários, as rendas elevadas e a instabilidade laboral negam o
307 acesso de milhares de jovens à habitação e à emancipação. Uma política que reduza os
308 preços, rendas e juros no acesso à habitação garantiria à juventude o acesso a este
309 direito constitucional.

310

311 **2. OS JOVENS TRABALHADORES NOS SINDICATOS**

312 **MAIS ORGANIZAÇÃO! MAIS LUTA! MAIS SINDICATO**

313 **2.1 – A PARTICIPAÇÃO E ENQUADRAMENTO**

314 A juventude vem assumindo cada vez com mais clareza a importância e necessidade de
315 se organizar sindicalmente

316 A INTERJOVEM enquanto organização específica da CGTP-IN, assume naturalmente o
317 seu carácter de classe, os seus princípios e objectivos. É na defesa destes princípios e
318 do sindicalismo de classe que a INTERJOVEM / LISBOA pauta a sua acção junto dos
319 jovens trabalhadores do Distrito de Lisboa, afirmando desta forma o papel essencial da

320 CGTP-IN na conquista e defesa dos direitos dos trabalhadores, bem como a importância
321 de um espaço de discussão dos problemas específicos dos jovens trabalhadores: a
322 INTERJOVEM / LISBOA.

323 A necessidade de desenvolver trabalho em cada sindicato para a juventude é vital para o
324 rejuvenescimento dos sindicatos, para o reforço da sindicalização e para o reforço das
325 estruturas sindicais em cada local de trabalho. A constituição de comissões de jovens em
326 cada sindicato, no planeamento e discussão dos problemas concretos da juventude, no
327 levantamento de problemas e na criação de documentos e propaganda específica para
328 os jovens trabalhadores, em que se vejam reflectidos os seus problemas e ambições, são
329 de crucial importância no trabalho da juventude e no reforço da luta.

330 Paralelamente, a responsabilização dos jovens é fundamental para a garantia do futuro
331 da CGTP-IN; é a efectivação do rejuvenescimento e reforço dos sindicatos. Da mesma
332 forma, é determinante a inclusão dos jovens quadros sindicais nas comissões de jovens
333 e na INTERJOVEM / LISBOA, valorizando e introduzindo as lutas, aspirações e
334 reivindicações na discussão dos órgãos da estrutura.

335 A experiência tem demonstrado que acções desenvolvidas pelos sindicatos e pela
336 Interjovem dirigidas aos jovens trabalhadores, sobre questões sentidas particularmente
337 pelos jovens, traz grandes frutos para o movimento sindical.

338 A actividade dinamizada pela INTERJOVEM / LISBOA é parte integrante da actividade
339 dos sindicatos e a ela deve estar ligada e todos devem estar empenhados na mesma. A
340 responsabilidade assumida e a experiência vivida na IJ tem vindo a reforçar as direcções
341 dos sindicatos e a assumir mais responsabilidades nas mais variadas tarefas.

342 **2.2 – A SINDICALIZAÇÃO E A RESPONSABILIZAÇÃO**

343 Os vínculos precários e a instabilidade laboral não podem ser uma dificuldade à
344 sindicalização, mas antes um motivo para a sindicalização. A sindicalização dos jovens
345 trabalhadores tem de ser uma prioridade em todas as estruturas dos sindicatos. Trazer
346 jovens ao sindicato é garantir o futuro e o rejuvenescimento do sindicato, é trazer mais
347 força à luta. É necessário avaliar em cada local de trabalho, em cada sector, problemas
348 específicos da juventude, que ajudem à sindicalização e à organização da juventude e
349 que permitam a resolução desses problemas.

350 A par da sindicalização é importante a responsabilização desses jovens trabalhadores, o
351 acompanhamento, o seu envolvimento no trabalho do sindicato, na intervenção no seu
352 local de trabalho, no trabalho da comissão de jovens, e até mesmo na eleição para
353 delegado ou dirigente sindical. Na partilha de experiências também se ganha forças e
354 convicções para as lutas que vamos travar, e nisso os jovens trabalhadores têm um
355 papel de extrema importância para a mudança de rumo necessária.

356 Assim, INTERJOVEM / LISBOA assume como tarefa central do próximo mandato
357 trabalhar para:

358 1. Aumentar a sindicalização dos jovens trabalhadores independentemente do
359 vínculo laboral ou do sector de actividade a que pertençam;

- 360 2. Aumentar o numero de jovens disponíveis para assumir responsabilidades de
361 direcção a todos os níveis da estrutura – Delegados e Dirigentes sindicais;
- 362 3. Dinamizar as formas adequadas de apoio, enquadramento e formação dos
363 quadros mais jovens, particularmente aqueles que já integram a estrutura sindical,
364 como Dirigentes ou Delegados Sindicais;
- 365 4. Incentivar a criação de comissões de jovens nos sectores para dinamizar a
366 discussão e tratamento dos problemas, aspirações e reivindicações dos jovens
367 trabalhadores de cada sector específico;

368

369 **4 – O PAPEL DA INTERJOVEM/CGTP-IN**

370 A INTERJOVEM / LISBOA desde sempre tem tido uma presença marcante na vida e
371 intervenção da juventude trabalhadora do distrito.

372 A INTERJOVEM / LISBOA tem promovido várias iniciativas de denuncia e luta, assim
373 como a participação em todas as manifestações, greves e iniciativas convocadas pelas
374 estruturas do distrito ou pela CGTP-IN, bem como, nos últimos anos, a organização de
375 manifestações para assinalar o dia Nacional da Juventude, a 28 de Março.

376 A Interjovem tem como objectivo potenciar a discussão dentro dos sindicatos dos
377 problemas dos jovens trabalhadores, e de, sempre em articulação com os sindicatos,
378 promover acções de luta que respondam aos problemas e reivindicações da juventude.
379 Assume um papel de especial importância o trabalho que cada sindicato, com a sua
380 comissão de jovens desenvolve no plano do sector para discussão e resolução dos
381 problemas da juventude.

382 É por isso necessário desenvolver em maior escala a criação das comissões de jovens, o
383 trabalho específico de forma a conhecer e agir sobre os problemas da juventude.

384 O trabalho da INTERJOVEM / LISBOA só é possível e só resulta num verdadeiro reforço
385 do movimento sindical unitário e da luta, se for reflexo do trabalho que os sindicato e as
386 comissões de jovens desenvolvam em cada local de trabalho.

387 A Participação e presença das comissões de jovens, trazendo as reivindicações da
388 juventude à cabeça, tem reforçado a participação da Interjovem em todas as acções da
389 União de Sindicatos de Lisboa e da CGTP-IN. Mas é necessário aumentar essa
390 participação das comissões de jovens, a mais comissões e mais jovens trabalhadores, no
391 reforço dos espaços da juventude e das iniciativas da Interjovem/CGTP-IN, trazendo os
392 problemas dos sectores para cada acção. Este reforço da participação dá mais força à
393 luta da juventude, e afirma a CGTP-IN, como a única força capaz de responder aos
394 anseios e aspirações dos jovens trabalhadores.